COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 422, DE 2007

Apenso PL nº 3.707/08

Altera o art. 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

Autor: Deputado FLAVIANO MELO

Relator: Deputado PAES LANDIM

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI

Vem, à consideração desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Projeto de Lei de nº 422, de 2007, de autoria do Deputado Flaviano Melo, com o seu apenso, o Projeto de Lei nº 3.707, de 2008, por sua vez proposto pelo Deputado Rafael Guerra, para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em poucas palavras, as indicadas proposições têm por escopo introduzir, no âmbito da CLT, e sob o encargo das respectivas empresas, a atenção odontológica em benefício dos trabalhadores.

A matéria tramitou inicialmente pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que houve por bem acatar, em sede de aprovação, o Substitutivo (em segunda versão), apresentado pelo Relator, Deputado José Guimarães, basicamente definindo o caráter facultativo para a adoção da medida quando em consideração as micro e pequenas empresas.

A Comissão de Seguridade Social e Família, por seu turno, considerou, de igual modo, que a matéria merecia aprovação nos termos de um novo Substitutivo da lavra do Relator da matéria naquele colegiado, Deputado Geraldo Resende.

Na Comissão de Trabalho prevaleceu, assim também, um juízo positivo: aprovação da proposição principal e da apensada nos termos do parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, com a rejeição de três emendas apresentadas, conforme o parecer do Relator, Deputado Mauro Nazif.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Relator, Deputado Paes Landim, optou por considerar a matéria inconstitucional, basicamente argumentando que "...os projetos e substitutivos, ao proporem a inserção da odontologia laboral, não somente contrariam as citadas NR, como, principalmente, extrapolam o escopo da garantia constitucional no inciso XXII, do art. 7º, da Constituição Federal." Acrescenta o Relator que as "...proposições não estão em consonância com a Constituição Federal, vez que visam impor à iniciativa privada encargos sociais que o legislador constituinte atribuiu ao Poder Público."

Ousamos discordar, respeitosamente, do Relator da matéria nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Entendemos que a Constituição Federal em diversos dos seus dispositivos – a começar justamente pelo inciso XXII do art. 7º – , mas também no *caput* do art. 6º, nos inciso II e VIII do art. 200, indica, de forma assertiva, que a proteção da saúde é um bem a ser protegido não apenas pelo poder público, mas por todas as instâncias que exercem ou às quais são deferidas responsabilidades sociais, como é o caso daqueles que desenvolvem atividades econômicas.

Em outras palavras se os empreendedores ou agentes econômicos, por exemplo, devem velar pelo respeito ao meio ambiente, muito mais ainda devem cuidar para a manutenção da saúde daqueles que, em seu nome ou sob a sua direção, viabilizam o sucesso do empreendimento com o seu trabalho.

Naturalmente, deve haver um bom senso – como de resto ficou caracterizado nas discussões levadas a efeito pelas Comissões que nos antecederam, no sentido de sopesar a capacidade econômica do

empreendimento em arcar com o aumento das despesas. Tal discussão, todavia, diz, ao nosso ver, diretamente com os argumentos de mérito das Comissões que nos antecederam, isto é, fogem da nossa competência regimental.

Mister destacar que, após receber de diversas entidades de classe vários pedidos no sentido da aprovação desse Projeto, inclusive do SOEPAR – Sindicato dos Odontologistas no Estado do Paraná – por seu presidente, Dr. Fabiano Mello, concluí ser um projeto meritório.

Desse modo, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do PL nº 422, de 2007, do PL nº 3.707, de 2008, apensado, bem como dos Substitutivos apresentados pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
Solidariedade / PR